

O SUJEITO HISTÓRICO E A FILOSOFIA DA PRÁXIS: A CONTRIBUIÇÃO DE GRAMSCI PARA O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

EL SUJETO HISTÓRICO Y LA FILOSOFÍA DE LA PRAXIS: LA CONTRIBUCIÓN DE GRAMSCI PARA EL PROCESO REVOLUCIONARIO

THE HISTORICAL SUBJECT AND THE PHILOSOPHY OF PRAXIS: GRAMSCI'S CONTRIBUTION TO THE REVOLUTIONARY PROCESS

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.44678>

Guilherme Goretti Rodrigues¹

Ramofly Bicalho²

Resumo: As formulações carcerárias de Gramsci refletem um denso tempo histórico de ascensão fascista e violência contra os trabalhadores. Muda-se o contexto, mas não a tragédia e a destruição pelo capital. Atualmente, os governos de extrema direita e o neoliberalismo agonizam o conjunto da classe trabalhadora, levando-a ao pauperismo e a precárias condições objetivas e subjetivas de vida. A contribuição de Gramsci é decisiva: a classe trabalhadora necessita construir outra hegemonia, disputar o consenso e educar as massas populares. Assim, o objetivo deste texto é buscar as contribuições de Gramsci para com a discussão do sujeito histórico e a filosofia da práxis como condição para libertação e emancipação humana, pressupostos tão candentes para enfrentar a atual realidade.

Palavras-chave: Sujeito histórico. Filosofia da Práxis. Hegemonia.

Resumen: Las formulaciones de la prisión de Gramsci reflejan un período histórico denso de ascenso fascista y violencia contra los trabajadores. El contexto cambia, pero no la tragedia y la destrucción por parte del capital. Actualmente, los gobiernos de extrema derecha y el neoliberalismo agonizan sobre la clase trabajadora en su conjunto, lo que lleva al pauperismo y a las precarias condiciones objetivas y subjetivas de la vida. La contribución de Gramsci es decisiva: la clase trabajadora necesita construir otra hegemonía, disputar el consenso y educar a las masas populares. Por lo tanto, el objetivo de este texto es buscar las contribuciones de Gramsci a la discusión del sujeto histórico y la filosofía de la praxis como una condición de liberación y emancipación humana, supuestos tan ardientes para enfrentar la realidad actual.

Palabras clave: Sujeito histórico. Filosofía de la Praxis. Hegemonía.

Abstract: Gramsci's prison formulations reflect a dense historical period of fascist rise and violence against workers. The context is changed, but not tragedy and destruction by capital. Currently, extreme right governments and neoliberalism agonize the working class as a whole, leading to pauperism and precarious objective and subjective conditions of life. Gramsci's contribution is decisive: the working class needs to build another hegemony, dispute the consensus and educate the popular masses. Thus, the objective of this text is to seek Gramsci's contributions to the discussion of the historical subject and the philosophy of praxis as a condition of human liberation and emancipation, assumptions so burning to face the current reality.

Keywords: Historical subject. Philosophy of Praxis. Hegemony.

Introdução

Nos últimos anos, tem-se acentuado o pauperismo da classe trabalhadora³ no Brasil e no mundo, aumentando cada vez mais a concentração e controle da riqueza pelas classes dominantes. Isto é fruto da característica expansionista, mundializada, destrutiva e incontrolável com que se dá o avanço do capital (ANTUNES, 2009), submetendo, por meio da dominação e exploração, os despossuídos dos meios de produção e de subsistência – o conjunto da classe trabalhadora – a condições de trabalho cada vez mais precarizadas e degradantes. O caráter destrutivo do capital, por sua lógica estrutural, também gera a instabilidade e insustentabilidade global, provocando guerras, conflitos e danos ambientais, com alto custo e prejuízo social.

Como etapa histórica da acumulação e reestruturação produtiva capitalista, o neoliberalismo vem mostrando a sua faceta mais perversa, se ancorando nos últimos anos por meio de governos de extrema direita e protofascistas, que avançam no desmonte dos esparsos direitos do conjunto da classe trabalhadora e difundem o ódio contra imigrantes, negros, homossexuais, mulheres, camponeses, todos/as aqueles/as oprimidos/as por sua condição de classe, raça, gênero e origem social.

Para Konder (1985), se “a história ainda está sendo feita, em medida inaceitável, pelos os outros, então o problema está em passarmos a fazê-la mais decisivamente nós mesmos” (KONDER, 1985, p. 78), e isso requer colocar no centro do debate e reflexão as tarefas revolucionárias da classe trabalhadora, constituída por homens e mulheres de carne e osso, como portadora histórica da emancipação geral humana. Dada a tragédia do capitalismo, que tende a agonizar e solapar ainda mais a classe que vive do trabalho, não nos resta outra alternativa a não ser construir, nas contradições e condições objetivas e subjetivas reais concretas, estratégias coletivas dos trabalhadores para o projeto e processo revolucionário.

Tal tarefa, entretanto, necessita das advertências e lições históricas, sobretudo, se tomamos como eixo central de análise o pensamento de Gramsci. Na sua atividade intelectual, política e militante, comprometido com um novo projeto e uma nova ordem social, cultural e político-econômica dos trabalhadores, Gramsci rejeitava aqueles partidos que assumissem posturas reformistas, burocráticas e aparelhadas com o Estado e com o campo liberal-burguês – fato que o levou a ruptura com o Partido Socialista Italiano (PSI) e a fundação do Partido Comunista Italiano (PCI)⁴.

Estas posturas reformistas, além de não interromper a subsunção dos trabalhadores aos interesses do capital, retiravam as aspirações revolucionárias das massas populares, levando a importantes derrotas que acabaram por reorganizar o poder das classes dominantes. Na Itália, foi assim quanto ao movimento de derrocada das expectativas de revolução do *Biennio Rosso* (1919-1920), que passou das ocupações de fábrica da FIAT em Turim e dos conselhos operários à ascensão e dura repressão aos trabalhadores pelo fascismo de Mussolini, em 1922.

Na atualização de Gramsci frente aos desafios do nosso presente, não cabe para a classe trabalhadora, os oprimidos pela dinâmica do capital, fazer acordos e concessões com a classe burguesa, solapando seus próprios anseios revolucionários. Marx e Engels (2008) já nos ensinavam e sinalizavam

para o antagonismo irreconciliável entre burguesia e trabalhadores. Todas as conquistas da classe que vive do trabalho, embora essenciais para garantir suas condições objetivas de vida, por si só não garante a emancipação do capitalismo, pelo contrário, é nas próprias crises do capitalismo que todas estas conquistas se esvaem, acentuando-se a ofensiva do capital contra os trabalhadores.

No Brasil, aprendemos esta dura lição quando se creditou que o Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu na década de 1980 vinculada às massas operárias, fosse aquele capaz de conduzir o processo de transformação social e político-econômico, quando, na verdade, aparelhou amplos setores da classe trabalhadora e sindicatos na burocracia do Estado, realizando um tímido reformismo, ao passo que permitindo a intensa acumulação de capital dos monopólios e bancos – em uma política de terceira via que deu fraco verniz social-democrático ao neoliberalismo (ANTUNES, 2009). Nas inevitáveis crises de acumulação e redução das taxas de lucro no capitalismo, a hegemonia da classe dominante recompôs-se, e a sua ofensiva desde o golpe de 2015 produziu a radicalização do projeto neoliberal, que culmina na ascensão de um governo de extrema direita e protofascista, cujas pretensões são claras: conter as massas populares, realizar as (contra)reformas (trabalhistas e da previdência), privatizar tudo o que é patrimônio e direito histórico dos trabalhadores/as (inclusive, a educação pública) e acentuar a sobreexploração e sobreexpropriação dos trabalhadores, que se amplifica ainda mais dada a posição histórica do Brasil enquanto capitalismo periférico e dependente.

Portanto, indagamos acerca de quais são os rumos da classe trabalhadora e o que fazer diante de uma realidade que exacerba o caráter destrutivo do capital. Os pressupostos de Gramsci, que jamais devem ser lidos de forma mecanicista, nos ajudam a refletir sobre o atual contexto histórico, sobretudo, na identificação de que a classe trabalhadora precisa construir a sua hegemonia, precisa educar as massas populares em torno de um novo projeto de sociedade.

Trata-se de uma tarefa complexa, afinal, como o próprio Gramsci (2014) ressalta, disputar a hegemonia é se deparar também com a colossal capacidade coercitiva e consensual da classe dominante ou burguesa, em suas ‘fortalezas’, ‘trincheiras’ e ‘casamatas’, que se vale na relação indissociável entre sociedade civil (por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia) e do Estado para exercer sua dominação de classe. Concomitante, a própria classe trabalhadora se complexificou e ampliou, tanto no chão da fábrica, quanto no setor de serviços, cuja lógica da reorganização da divisão internacional do trabalho nas últimas décadas impõe novas características dramáticas: precarização e exploração ainda mais intensa da força de trabalho, acompanhada do subemprego, informalidade e altíssimo desemprego estrutural.

Assim, passamos a seguir para as considerações de Gramsci para com duas questões e categorias que consideramos centrais em seu pensamento e que nos ajudam nas conjecturas do processo e projeto revolucionário: a dimensão do sujeito histórico, que centraliza homens e mulheres como produtores da história; e a filosofia da práxis, como aquela capaz de elevar a consciência crítica das massas populares, gestada pelos próprios subalternos e oprimidos do capitalismo, não dentro de algo predeterminado ou fixo, mas como “atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas, dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as

cristalizações culturais” (SEMERARO, 2006, p. 33). Ou seja, trata-se de respostas concretas para as contradições reais concretas, que nunca é definitiva.

Sujeito histórico e a filosofia da práxis: a contribuição de Gramsci

É comum na tradição liberal-burguesa traçar conceitos para o comportamento humano, buscando leis universais que explicam suas ações. De acordo com Mendonça (2014), busca-se “explicar o comportamento humano de modo universal, ou seja, verificável em todo e qualquer contexto histórico, como se tal fosse possível” (MENDONÇA, 2014, p. 29). Tal concepção esteve atrelada à própria concepção burguesa de Estado, como algo separado, neutro e distinto da sociedade, como expressão máxima para regular os direitos do homem⁵. Não por muito, a tese de jusnaturalistas como as de John Locke ganhou sustentação em revoluções burguesas como a da França em 1789, para quem o Estado deveria garantir os direitos naturais do homem à livre propriedade⁶. Vejam: ‘naturais’, como se fossem algo dado e determinado, condição constitutiva do homem.

Cabe a Marx e Engels (1998) a superação dessa visão liberal-burguesa. Já em “a ideologia alemã” salienta, por meio da crítica às correntes idealistas e positivistas, que o “ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19), ou seja, ao contrário de algo pré-determinado e imutável, cabe apreender como homens e mulheres produziram e reproduziram historicamente suas condições materiais e concretas de vida, permitindo também compreender “o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Pelo materialismo histórico dialético, Marx vá às entranhas da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista, apontando suas contradições e encontrando suas determinações históricas. O que se apresenta como ‘direito natural dos homens’ na corrente liberal-burguesa, em Marx tem relação e processo histórico, que nunca se apresenta de forma harmônica ou passiva. Portanto, a ideologia da classe burguesa e a vertente liberal não deixam de se apresentar como um falso universal. E o é porque fetichiza e oculta, na atividade real dos homens, os processos de dominação, expropriação e exploração, bem como a luta de classes que marca todo o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista.

E aqui envolve tanto a alienação ou estranhamento do trabalhador, da separação dos seus meios de produção e do trabalho material do trabalho intelectual, quanto de todo o metabolismo social do capital (ANTUNES, 2009), que se difunde por outros aspectos da vida humana (cultura, consumo, comportamento, etc.). Como afirma Marx e Engels, a classe que é “o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 1998, p. 48), isto é, a ideologia da classe dominante é “expressão das relações materiais dominantes”, por meio da difusão de uma concepção de mundo que educa o pensar, sentir e agir das massas oprimidas.

Pela visão liberal-burguesa, separa-se Estado da sociedade, política da economia, homens e mulheres da história. Fazem-nos crer que o que se apresenta é algo definitivo – portanto, a-histórico e a-processual –, retirando nossas forças e vontades como aquelas capazes de transformar a sociedade. Ou seja, impedem a nossa capacidade de reconhecermos como sujeitos históricos.

É neste sentido que a contribuição de Gramsci é fundamental, pois, ao atualizar Marx para as questões vivenciadas em seu tempo histórico, disputa uma concepção filosófica e política visando à emancipação humana dos brutais processos de exploração e opressão do capitalismo e da classe burguesa. O primeiro aspecto está em centralizar e recuperar a dimensão de que homens e mulheres, pertencentes à classe trabalhadora e a esta massa subalterna, reconheçam a sua condição e posição de explorado e passem a atuar, no terreno das contradições materiais da sociedade, pela superação. Isso requer o processo dialético de negar o capitalismo como forma de organização da vida humana (nos aspectos objetivos e subjetivos) e a propor outra sociedade, outras formas possíveis de vida. É recuperar, assim, a dimensão de que homens e mulheres fazem a história, pelas “circunstâncias com se defrontam diretamente, legadas e transmitidas do passado” (MARX, 2003, p. 15).

Na §54 do Caderno 10⁷, dedicada à discussão filosófica acerca do que é o homem, Gramsci adverte que mais do que buscar um conceito, é identificar o que é que o homem pode se tornar, ou seja, “se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode “se fazer”, se pode criar sua própria vida” (GRAMSCI, 1999, p. 413). Com essa formulação, Gramsci desenvolve sua argumentação apontando para o fato de que o homem é processo e relação, individualidade e coletividade, ou seja, é ativo e consciente, modifica-se a partir do momento em que modifica o conjunto das relações sociais. Contudo, nos dizeres de Gramsci, acresce-se, neste caráter processual e relacional do homem, o elemento da natureza, afinal, “o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica” (GRAMSCI, 1999, p. 413).

Retorna-se, com esta formulação, à dimensão ontológica do trabalho, protoforma da práxis social (ANTUNES, 2009), categoria primária que permite com que o homem se humanize, transforme a natureza na medida em que transforma sua própria natureza, torna-se ser social, fundante da sociabilidade humana. Portanto, contrário às concepções filosóficas abstratas ou idealistas, centradas pelo movimento da ideia pela ideia (rejeitando a dimensão materialista), bem como de teses inatistas, que apostam que homens e mulheres já nascem com uma personalidade pré-definida, Gramsci atenta ao fato para o movimento do real, isto é, como a relações sociais – que nada tem de estática e fria – construiu e reproduziu historicamente as condições materiais de vida.

Neste sentido, os processos de alienação, expropriação e exploração no capitalismo, assim como outras de suas características constitutivas, são reflexos do desenvolvimento da sociedade, que tem suas determinações e causalidade histórica. Pela vinculação orgânica com a classe trabalhadora, Gramsci se preocupa, assim, em buscar nas condições objetivas e subjetivas do seu do tempo histórico (de avanço do fascismo e da opressão) um processo de vir-a-ser do homem, calcado nas circunstâncias do presente, ou, em suas palavras, “nas condições de hoje, da vida de hoje, e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer” (GRAMSCI, 1999, p.412).

Com isso, Gramsci percorre o movimento dialético de negação e superação da realidade, como possibilidade histórico-concreta real. Para Ragazzini (2005), em diálogo com nossos pressupostos, interessa em Gramsci a formação e a modificação do homem, “a conexão entre homem-indivíduo e homem-massa, o precipitar dos fenômenos sociais em vidas individuais assim como o acumular-se e o

transformar-se dos fenômenos individuais em histórias sociais” (RAGAZZINI, 2005, p. 38). Por este aspecto, no pensamento gramsciano, se atribui a importância da auto-atividade e auto-organização da classe trabalhadora, para que ela própria construa, nas suas experiências individuais e coletivas, os caminhos e as estratégias para a transformação da sociedade. Isso requer a árdua tarefa de também adquirir consciência individual e coletiva, a partir da situação concreta, quanto a condição e posição subalterna dos trabalhadores/as no conjunto das relações capitalistas e da sociedade burguesa, afinal, lembremos que a classe dominante, na unidade e distinção entre estrutura e superestrutura, organiza e difunde sua hegemonia.

É importante ressaltar que as formulações de Gramsci não só buscavam refletir sobre a realidade italiana, como também escapa para a análise da totalidade, afinal, sua atividade política permitiu o acúmulo de experiências, por exemplo, no contato com a Internacional Comunista e na própria estada na Rússia revolucionária, com Lênin e os bolcheviques, pós 1917. Dizer da auto-atividade e auto-organização da classe trabalhadora faz parte do conjunto de acontecimentos que o levaram a ruptura com sindicatos e partidos reformistas ou social-democrata (caso do PSI), e a pensar, sob novas bases organizativas, na refundação comunista, por meio da frente única (ROIO, 2019).

A preparação ideológica das massas populares como tarefa para construção da hegemonia dos trabalhadores ganhava contorno por meio dessa frente única, composta por duas classes fundamentais e antagonistas ao capital, a operária e a camponesa. Para Roio (2019) são estas classes subalternas que deveriam se organizar de forma autônoma, com base em suas próprias experiências e instituições, fato que daria “materialidade à subjetividade antagônica em desenvolvimento” (ROIO, 2019, p. 243). Ou seja, a base da construção do movimento revolucionário não deveria ser gestada a partir daquelas organizações ou instituições (partidos ou sindicatos) incorporadas ao aparelho liberal-burguês ou de um corpo dirigente burocrático, mas sim pelos próprios operários e camponeses, despojados de todo os resíduos econômico-corporativos. As alianças poderiam até ocorrer, desde que se disputasse e atraísse tais setores reformistas para o bloco e projeto político-econômico revolucionário da frente única (operários e camponeses).

A essa questão se dá a função do partido (no seu sentido ampliado), como uma organização coletiva que elabora e difunde a ideologia em torno de um projeto social e político-econômico; e dos intelectuais como aqueles organizadores da cultura, que não se constituem como uma casta apartada das classes sociais, mas aqueles que se originam na própria classe e que realizam a soldura com as massas, “dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”⁸ (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Neste sentido, ampliamos um pouco mais sobre a função do partido e dos intelectuais. Na §3 do Caderno 12, ensaio dedicado sobre a história dos intelectuais, Gramsci levanta uma questão importante para as próprias relações quanto a preparação ideológica das massas populares:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo

físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo. (GRAMSCI, 2001, p. 53)

Para a nova camada intelectual, gestada e oriunda dos trabalhadores, cumpre a necessária tarefa de elevação do nível de consciência crítica das massas populares, mas não a crítica pela crítica, e sim a crítica vinculada às contradições e condições materiais e subjetivas reais da classe, concretas em seu tempo histórico. Consiste, por meio desse esforço muscular-nervoso (desse hábito que se adquire com responsabilidade individual-coletiva, disciplina moral e intelectual), poder compreender e tomar a realidade como totalidade, os processos e as relações sociais e de poder, a exploração e dominação no capitalismo, bem como a própria crítica da sociedade burguesa.

Assim, elaborar uma nova e integral concepção de mundo tem por pretensão a superação do capitalismo e de toda a opressão, construindo condições objetivas e subjetivas para o comunismo. Passa, também, pela reforma moral e intelectual das massas, pela elaboração de homens e mulheres de novo tipo, que não estejam submetidos ao poder e a iniciativa da classe dominante, mas que possam, no terreno da produção e reprodução material da vida, atuarem e serem integrais, para a verdadeira liberdade humana. Trata-se, como Gramsci (1999) aponta na §12, do Caderno 11, da passagem do senso comum para o bom senso, isto é, para uma “concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Percebe-se que a todo o momento Gramsci reivindica a posição do sujeito histórico, como ativo e consciente, com possibilidades reais de ação e transformação na realidade. A leitura de Semeraro (2006) quanto a uma tarefa epistemológica e de uma teoria do conhecimento em Gramsci é totalmente válida e acertada, pois no lastro da auto-atividade e auto-organização da classe trabalhadora está a indicação essencial de que estas possam descobrir, por meio de sua própria base, experiência e método, “os nexos existentes entre as coisas, as contradições entre a condição desumana em que vivem e os discursos encobridores do poder” (SEMERARO, 2006, p. 18).

Perpassa por todo este fulcro das tarefas políticas e educativas da classe trabalhadora a filosofia da práxis, “o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir”⁹ (GRAMSCI, 1999, p. 388). A filosofia não é tomada aqui pela via abstrata ou especulativa, mas sim como concepção de mundo, em que todos nós compartilhamos. Neste sentido, Gramsci atenta ao fato de que a filosofia da classe burguesa – também entendida como ideologia – se apresenta com limites e se diferencia completamente da filosofia da práxis. Em suas palavras, a diferença da filosofia da práxis para outras filosofias está no fato de que “as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios” (GRAMSCI, 1999, p. 388).

O aspecto central, portanto, é compreender que a concepção de mundo difundida pela classe burguesa se apresenta como falso universal, pois oculta os reais processos de exploração e dominação. Atuar por de trás da aparência, desvelando a essência, é uma tarefa fundamental, pois permite que a classe trabalhadora construa gradativamente este próprio devir, este vir-a-ser, disputando e difundindo sua concepção de mundo. A filosofia da práxis, como ressalta Gramsci (1999, p. 388):

(...) não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.

Para usarmos da metáfora de Marx e Engels (1998) quanto a crítica ao idealismo, para quem, ao invés da filosofia cair do céu para a terra, deve partir da terra para o céu, a filosofia da práxis está cravada na realidade concreta. Com isso, não pretende ser um receituário pronto e definido, da mesma forma que não é destinada para uma pretensa casta de intelectuais que se descolam das massas populares e se dizem portadores de uma teoria revolucionária – e o próprio Gramsci adverte que os intelectuais nos interessam vinculados às massas, e não trancafiado em seus gabinetes.

A filosofia da práxis se faz/refaz, constrói/reconstrói dentro das condições e contradições objetivas e subjetivas reais e concretas, que nunca é definitiva. Nasce aderente e é produto dos anseios das massas populares e da classe trabalhadora em geral, que quer educar a si mesma para ser dirigente e dominante, portanto, hegemônica. Do mesmo modo, aliás, mesmo na própria sociedade socialista e comunista (se admitirmos sua possibilidade histórica) haverá também suas próprias contradições a serem resolvidas e superadas constantemente – seu erro e equívoco de interpretação levaram, por exemplo, a própria derrocada da União Soviética. Por isso a Filosofia da práxis também é dialética, pois exige constantemente o processo e pensamento de “identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que “dão vida” a cada totalidade” (KONDER, 1985, p. 46).

Assim, tomando o próprio conceito ampliado de partido em Gramsci, que difunde e elabora uma vontade coletiva em torno de uma direção e projeto de sociedade, o grande desafio para este conjunto tão diversificado da classe trabalhadora na atualidade é identificar as lutas populares que se gestam no terreno das contradições, e que carregam, no seu fazer-se enquanto classe trabalhadora, em-si e para-si, as experiências políticas e educativas. Estão no movimento operário, camponês, indígena, dos negros, das mulheres, na educação popular, enfim, nos subalternos e oprimidos pelo capitalismo. Trata-se, contudo, não de apostar no emaranhado fragmentado, mas do penoso desafio de construir a totalidade na diversidade, despojando dos resíduos econômico-corporativo para gerar a solidariedade entre as massas subalternas e oprimidas.

Portanto, a questão fundamental é não perder o horizonte da emancipação humana, que não só está atrelada aos aspectos econômicos e estruturais, da subsunção do trabalhador ao capital e da classe proprietária dos meios de produção que lhe extrai a mais-valia, mas de todos os aspectos da vida e sociabilidade humana (que está na cultura, na ética, na moral, na filosofia, na educação, na arte, etc.). Marx (2010) é quem trouxe antes essa reflexão, afinal, que ‘tipo de emancipação humana se trata?’¹⁰, afinal, a emancipação humana só estará plenamente realizada “quando o homem tiver reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (MARX, 2010, p. 54).

Ou seja, entendemos que a emancipação humana retoma a uma concepção de homem omnilateral ou integral, que não sejam dotados de uma única atividade (como pretende ser no capitalismo com a divisão do trabalho), que a relação entre trabalho manual e intelectual seja indissociável, que se recupere a relação homem-natureza para as satisfações das necessidades reais humanas, como valor de uso e não como valor de troca (de forma alienada e fetichizada). Que não haja opressão nem processos de estigmatização nas dimensões de gênero ou raça, que a liberdade individual possa ser fundamento da liberdade coletiva, em que homens e mulheres façam escolhas conscientes e responsáveis, comprometida com o coletivo (e não de forma egoísta, pautada em interesses próprios e de determinados grupos).

A filosofia da práxis apresenta-se, assim, no retorno ao sujeito histórico ativo, consciente e nascida na base da classe trabalhadora, como resposta aos processos opressivos e destrutivos do capital. Trata-se de reconhecer que o projeto revolucionário surge como possibilidade histórico-concreta real, não está morto – como apostam algumas correntes que anunciam o fim da história e do marxismo –, mas requer processo e conquista gradativa do pensar, agir e sentir das massas.

Considerações finais

O pensamento e as reflexões carcerárias de Gramsci abrem diversas vertentes e possibilidades de análise, desde que não se faça uma leitura mecanicista ou que desvie o caráter revolucionário de suas contribuições para o campo reformista ou liberal. Concomitante, também é preciso tomar cuidado para que não incorra a interpretação de Gramsci apenas como um ‘teórico da superestrutura’, fato que consideramos equivocado. Tem-se em Gramsci elementos da realidade como totalidade, da grande política, da estrutura e da superestrutura, de compreender as contradições objetivas e subjetivas, as formas de organização e reprodução material da sociedade em cada realidade, operadas por meio da contradição, da dialética, da luta de classes, visualizando sempre o horizonte da emancipação dos trabalhadores.

A preocupação de Gramsci com a preparação ideológica das massas populares para a conquista da hegemonia, que passa pelas suas tarefas políticas e educativas, na reforma moral e intelectual das massas e a construção de homens e mulheres de novo tipo, tem um caráter pela própria complexidade com que assumiu o capitalismo no início do século XX. Naquele tempo, no ocidente, a sociedade civil e o Estado assumiram uma forma robusta, fato que requereu estratégias distintas daquelas que foram tomadas, por exemplo, na Revolução Russa (oriente), em que as massas tomaram o Estado por meio do ‘assalto revolucionário’, como uma ‘guerra de movimento’. Incorre pensar também na ‘guerra de posição’, ou seja, identificar o emaranhado de classes e frações da classe dominante por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, passando a classe trabalhadora também a disputar o consenso na sociedade civil, a disputar o Estado.

Portanto, para a leitura da nossa realidade, é candente a necessidade da classe trabalhadora se reorganizar frente à ofensiva do capital. Isso requer aprendizado constante de seus próprios equívocos e limites – por isso a centralidade da filosofia da práxis como conhecimento vivo e dialético – para que não incorra em novas derrotas ou na própria perda de perspectiva da classe trabalhadora, como temos

observado nos últimos anos. Isso implica em decidir quais alianças serão feitas, qual a direção e projeto social e político-econômico, assim como a formação de um bloco social coeso, que seja composto cada vez mais por movimentos sociais populares (dos operários e camponeses), sindicatos e partidos comprometidos com o processo revolucionário, criando a vontade coletiva para a transformação da sociedade, em que se derrube o capitalismo, o Estado e a burguesia.

Referências:

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. III. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2003.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Marx e o Marxismo, Niterói-RJ, v.2, n.2, jan./jul. 2014. p. 27-43.
- RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade de massa**: a contribuição de Gramsci. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ROIO, Marcos Del. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1926). 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. vol. 1. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

Notas

¹ Doutor em Educação (UFRRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4087213751983387>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7607-969X>. E-mail: guilhermegoretti.geografia@gmail.com.

² Doutor em Educação (UNICAMP). Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Pós-Doutor em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3815218617988955>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0571-6481>. E-mail: ramofly@gmail.com.

³ Para uma demarcação teórica, consideramos a classe trabalhadora em seu sentido amplo, como “todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados e do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital” (ANTUNES, 2009, p. 103).

⁴ Para essa discussão mais detalhada e ampliada dos motivos da cisão de Gramsci com o PSI e a fundação do PCI, ver Roio (2019).

⁵ Quando nos referirmos a ‘homem’, entende-se pela totalidade do gênero humano.

⁶ O trabalho organizado por Weffort (1991) dá conta de apresentar as principais ideias e influência dos intelectuais liberais na organização do direito burguês e do Estado.

⁷ Utilizamos aqui como referência a edição brasileira dos Cadernos do Cárcere, disposta em 6 volumes. Para esta edição, os Cadernos estão divididos em ‘miscelâneos’, em que Gramsci aborda sobre diversos assuntos (Cadernos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15 e 17) e os ‘especiais’ (Cadernos 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29), em que aborda sobre temas específicos.

⁸ §1, Caderno 12.

⁹ §41, Caderno 10.

¹⁰ Trata-se do ensaio “sobre a questão judaica”, publicado nos Anais Franco-Alemães em 1844. Nele, Marx realiza a crítica a Bruno Bauer quanto à confusão em tratar a emancipação política como emancipação humana, tomando como objeto de análise a questão dos judeus e do judaísmo na antiga Prússia. Para Bauer, os judeus deveriam se emancipar do judaísmo para terem seus direitos civis. Já para Marx, ao analisar o Estado moderno e o direito burguês, indica que, ao separar o homem individual do homem cidadão, mantém-se a desigualdade entre os homens, ou seja, a emancipação política não garante e não é a emancipação humana geral. É a célebre afirmativa em Marx (2010, p. 53) de que “o homem não foi libertado da religião. Ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio”.

Recebido em: 13 de maio 2021

Aprovado em: 11 de abr. 2022